

INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59.500.000274/2017-67

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 35-2017

OBJETO: Seleção para ocupação de 299 (duzentas e noventa e nove) unidades parcelares familiares no Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina-PE, para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais.

RECORRENTE: ELOY JOSÉ SILVA FILHO

MOTIVO DA INABILITAÇÃO: Inabilitado devido Certidão Estadual errada e não apresentou comprovação de experiência.

ALEGAÇÃO ATUAL: Impugnação ao resultado do recurso administrativo. O resultado da Comissão do Edital nº 35/2017 afirma que o apresentou a certidão errada e não comprovava experiência agrícola.

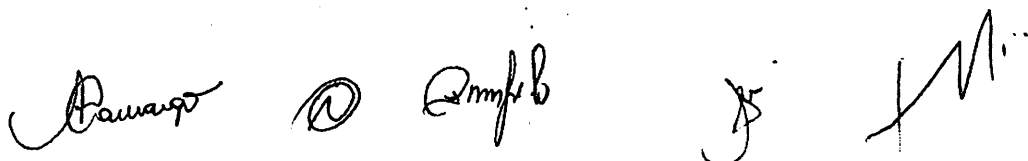
CONCEITOS E FUNDAMENTOS ADOTADOS:

• DA TEMPESTIVIDADE E DOS PRAZOS

O recurso interposto pelo recorrente teve sua tempestividade e a regularidade acatada considerando que o resultado foi publicado em 26.07.2018 e o Edital previa a apresentação de recursos em 5 (cinco) dias úteis, ou seja desde 27/07/2018 até o dia 02/08/2018, prazo obedecido.

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela



inerentes. Assim sendo a comissão acatou os diversos "modelos" de recursos, já que havia os pressupostos formais previstos.

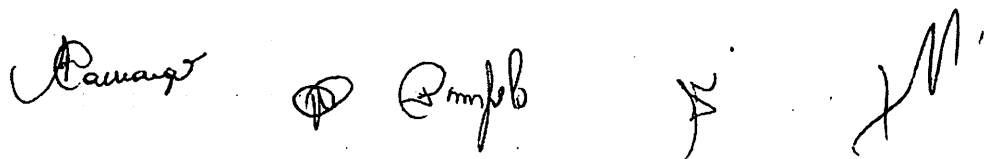
• **CONCEITOS E DEFINIÇÕES:**

Os seguintes conceitos nortearam as análises e as conclusões da comissão, todos definidos por Direitos e legislação citados neste tratado:

- a) *O prazo de cinco dias úteis para os licitantes apresentarem recursos iniciou-se no dia 27/07/2018 e terminou no dia 02/08/2018;*
- b) *O prazo de análise da comissão iniciou-se no dia 03/08/2018 e foi até o dia 09/08/2018;*
- c) *A comissão acatou as reemissão das certidões de regularidade fiscal devido a diversidade de opções que induziram a erros nos sítios emissores, mas não acatava as certidões erradas que não fossem corrigidas;*
- d) *Declarações em CTPS, desde que comprovem a efetiva experiência e não apenas o cargo, declarações de Sindicatos, Empregadores com CNPJ ou CEI, Assistência Técnica, Cartórios ou órgãos oficiais. As declarações de CTPS que falam dos cargos (agrônomos, técnicos ou outros) devem ser ratificadas com declarações do empregadores ou dos órgãos citados contabilizando o período e as experiências das tarefas executadas.*

A falta de comprovação das experiências foram os fatores inabilitantes do recorrente. A outra inabilitação foi devido a emissão de CERTIDÃO DE DÉBITOS FISCAIS – Inválida para licitações, conforme Observações no rodapé do documento acostado a página 5/24. A certidão correta e solicitada é a Certidão de REGULARIDADE FISCAL. No seu recurso apresentou a mesma certidão causando o indeferimento neste quesito. A experiência que alega estar comprovada em CTPS " ... todos em área rural, cumprindo sua obrigação quanto a concorrência" Não é verdadeira, já que a cópia dos registros dos contratos de trabalho - páginas 12 e 14/24 da carteira de trabalho comprova as funções de Técnico agrícola, Professor e Engenheiro de Pesca. Estas anotações não foram ratificadas ou homologadas conforme estabelecido no edital.

ANÁLISE FINAL



ELOY JOSE SILVA FILHO, DOC. 535/18, INSCRIÇÃO N.º 4263 E CLASSIFICAÇÃO N.º 397, inabilitada por não apresentar documento de experiência e Certidão de Regularidade Estadual inválida.

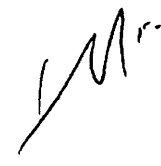
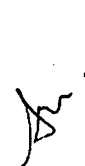
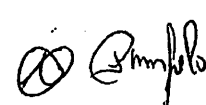

Analisando seu Recurso Administrativo e revendo sua documentação anexa ao processo 59.530.000967/ 2018 -83 – volume LXVIII (68), o mesmo ao RECURSO copias CTPS, que não comprova experiência e sim só funções e as declarações ora apresentada não poderá fazer parte do processo e a Certidão apresentada continua invalida para licitação pública. Não acatamos o recurso e podemos acatar as declarações apresentadas e optamos pelo seu **indeferimento**.

NOME	DATA RECURSO	PROTOCOLO:	
ELOY JOSE SILVA FILHO	27/07/2018	Doc.535/2018	INDEFERIR

O recorrente não atentou as explicações prestadas ao mesmo sobre sua inabilitação, repetindo os erros em seu recurso. A Certidão estadual que apresentou é a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO FISCAIS com a observação que este documento é invalido para licitação. O fato foi explicado ao mesmo com a solicitação que emitisse certidão correta que seria a CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL. Não atendeu a orientação e apresentou novamente a certidão errada em seu recurso ao indeferimento.

Quanto a experiência, a comissão verificou que só existem anotações dos cargos, sem demonstrações efetivas de atividades em irrigação, explorações de sequeiro (apesar de postular que as piscigranjas habitualmente devem ser instaladas em área de sequeiro) e de gerenciamento. As comprovações poderiam ser efetivas com declarações acessórias dos empregadores ou de Sindicatos como preconiza o Edital. Não houve nenhum rigor excessivo, apenas obediência ao edital, principalmente nos termos das declarações das experiências que são fatores que determinam a pontuação e consequentemente a pré-seleção do recorrente. Estes comprovações são fatores crucias e o próprio edital cita que a falta de comprovação desclassifica o postulante.

Diz o Edital:



*h) Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de **cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou privada (grifei)**, Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital.*

Ocorre que os licitantes não atentam para o apelo editalício que fala que as comprovações das experiências informadas **na ficha de inscrição** (Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição).

No caso específico do recorrente **ELOY JOSÉ DA SILVA FILHO**, a comissão **NÃO VISLUMBROU NENHUM DOCUMENTO QUE PROVE AS EXPERIÊNCIAS DECLARADAS E A CERTIDÃO QUE APRESENTOU É INVALIDA PARA LICITAÇÃO** o que determinou sua inabilitação.

ANEXO – CÓPIAS DAS PÁGINAS CTPS E A CERTIDÃO ESTADUAL INVÁLIDA PARA LICITAÇÃO CITADAS.

PARECER ATUAL DA COMISSÃO:

A comissão reitera nesta data o indeferimento do recurso do solicitante, consequentemente permanece o mesmo inabilitado.

Aline Carneiro Camargo
Flávia Carlos Carvalho da Silva
José Luiz de Santiago Gurgel

Fernando Rios Campos Filho

Petrolina, 26 de Setembro de 2018

Franklin Delano Leite Gurgel

COMISSÃO EDITAL 35/2017.



ESTADO DE PERNAMBUCO

Recibo 012416

Proc.º

59530.000967/18.83

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

PROTOCOLO

Número: 2018.000007740984-55

Data de Emissão: 13/06/2018

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 217.011.644-34

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até 10/09/2018, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

14/24

10

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador INSTITUTO VILA
SASAMO
Rua VALE DO CARU Nº 290
Município RECIFE Est. PE
Esp. do estabelecimento
Cargo PROFESSOR TÉCNICO AGT.
COLAS. C.B.O. nº
Data admissão 01 de setembro de 19 83
Registro nº 01 Fls/Ficha
Remuneração especificada 3.770,00 (três mil
setecentos e setenta e sete
cruzeiros e dois centavos)
Guilomar da Silva Souza
CNPJ: 10.570.221/0001-71
Data saída 30 de dezembro de 19 84
Guilomar da Silva Souza
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

CONTRATO DE TRABALHO

11

Empregador JOSE OSMANIO DOS
SANTOS
Rua TERAPIA Nº
Município SAO CARLOS Est. SE
Esp. do estabelecimento FAZENDA
Cargo
C.B.O. nº
Data admissão 05 de junho de 19 87
Registro nº 0140 Fls/Ficha
Remuneração especificada R\$ 1.900,00 (um mil
e novecentos reais)
012423
59530.000967/18.83
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º
2º PROTOCOLO
Data saída 28 de agosto de 19 91
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º
2º

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Fazenda Buil
Rua
Município Dui Paulo Est. SE
Esp. do estabelecimento
Cargo Plenário Agente
C.B.O. nº
Data admissão 01 de setembro de 19 91
Registro nº Fls/Ficha
Remuneração especificada R\$ 1.000,00 (um mil e zero reais)
Polanda Valos Cruz
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
Data saída 24 de junho de 19 92
Polanda Valos Cruz
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

CONTRATO DE TRABALHO

13

Empregador 22751285/0001-42
FAZENDAS REUNIDAS DAI BOSCO
Rua LIDA Nº
Município RECANTO DO RIO GRANDE S/ BOLAIA
DOS PINTOS ZON RURAL - CEP 13.100
Esp. do estabelecimento
Cargo Engenheiro de Pesca
C.B.O. nº
Data admissão 02 de março de 19 92
Registro nº Fls/Ficha
Remuneração especificada R\$ 1.000,00 (um mil e zero reais)
FAZENDAS REUNIDAS DAI BOSCO
FAZENDAS REUNIDAS DAI BOSCO LTDA.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º
2º
Data saída 25 de junho de 19 93
Fazendas Reunidas Dai Bosco Ltda.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º
2º

Ramagem

10

11

12

Empregador: FAZENDAS REUNIDAS DALBOSCO
CNPJ : 32.754.285/0001-42

Fazenda Recanto do Rio Grande, Sn Colonia Pintos
Zona Rural - CEP: 49100-000 - São Cristovão/Se
Esp. do Estabelecimento: Criação de Peixes

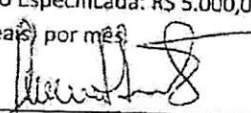
Cargo: Engenheiro de Pesca

Data admissão: 02 de janeiro de 2013.

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração Especificada: R\$ 5.000,00

(Cinco mil reais) por mês

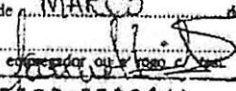

Fazendas Reunidas Dalbosco Ltda

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Data saída 31 de MARÇO de 2015


Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

SEI OR PESSOAL

Empregador

Rua

Nº

Município

Est.

Tip. do estabelecimento

Cargo

C.B.O. nº

Data admissão

de

de 19

Registro nº

Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Data saída

de

de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

012425

Prac.

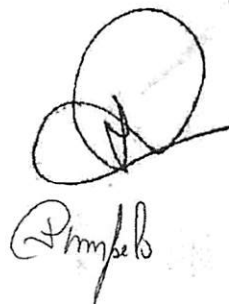
59530.000967/18.83

PROTOCOLO









Do Presidente da Comissão da DECISÃO 030/2018 – Em 26/09/2018.

A 3ª AJ

Anexamos INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL para análise e parecer desta Assessoria.


Franklin Delano Leite Gurgel
COMISSÃO DECISÃO 030/2018

Despacho**Data:** 26/09/2018**Origem:** Presidente da Comissão Decisão nº 030/2018**Referência:** Doc. 847/2018**Assunto:** Impugnação ao resultado do recurso administrativo – Eloy José Silva Filho

À PR,

Senhor Presidente,

Trata-se de representação (art. 103, II, da Lei 8.666/93) contra a decisão a Comissão de Julgamento do processo licitatório do Projeto Pontal - Edital nº 35/2017 que negou provimento ao recurso interposto pelo licitante contra a sua inabilitação no certame. Basicamente, o licitante reitera suas razões recursais.

A Comissão de Julgamento, em suas “informações para instrução processual” reprisam as razões de decidir do recurso anteriormente interposto, que já foram objeto do Parecer Jurídico nº 329/2018, constante às fls. 3251/3253 do Processo Administrativo nº 59500.000274/2017-67 (processo principal), e que concluiu *que a comissão de julgamento observou os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, nos exatos termos do art. 3º da Lei 8.666/93.*

Em sendo assim, ratifica-se mais uma vez que a decisão da comissão de julgamento foi escorreta, razão pela qual esta 3ª AJ recomenda seja negado provimento à representação apresentada.


Paulo Vasconcelos Filho

Chefe da 3ª/AJ

Decisão nº 704/2015

